

# IDENTIDADES CULTURAIS URBANAS EM ÉPOCA DE GLOBALIZAÇÃO\*

**Antônio Firmino da Costa**

## **Um paradoxo identitário?**

As breves reflexões que se seguem, sobre o nosso mundo atual e sobre algumas experiências de exercício nele realizadas da investigação em ciências sociais, têm como objeto de partida o que se poderia designar por *paradoxo das identidades culturais em contexto de globalização*.

Paradoxo por quê? Uma resposta habitual é bastante simples, talvez até algo simplista. Estar-se-ia perante um paradoxo porque, à medida que os processos contemporâneos de globalização se

intensificam e se alargam, envolvendo poderosíssimas dinâmicas de interligação e intercâmbio, de comunicação e difusão em termos mundiais, as identidades culturais diferenciadas, específicas, fragmentadas, ou mesmo marcadamente particularistas, em vez de se esbaterem ou desintegrarem, parecem tender a proliferar, a multiplicar-se e a acentuar-se.

Às vezes isso se manifesta de maneira bastante sedutora e criativa. Outras, ocorre com feições mais ameaçadoras, podendo chegar a traduzir-se no que, num belíssimo ensaio, cheio de atualidade, Amin Maalouf (1999) chamou de “as identidades assassinas”. Exemplos de ambos os tipos – isto é, simplificando, de fenômenos identitários “sedutores” ou “ameaçadores” – são referenciáveis com facilidade. Alguns têm tido grande destaque mediático e forte impacto na consciência pública, nos últimos tempos.

Porém, mais exatamente, se olharmos com um pouco mais de atenção, damo-nos conta de

\* Conferência proferida no XXV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – Anpocs, realizado em Caxambu (Brasil), em outubro de 2001. Gostaria de deixar expresso o meu agradecimento à Anpocs, pelo convite para participar neste encontro, e ao Professor Gilberto Velho, a quem muito devo em termos de referência intelectual e amizade pessoal.

uma inesgotável diversidade de *modalidades intermédias ou ambivalentes*, em que aquelas atribuições polarizadas se revelam, afinal, grande parte das vezes, muito menos evidentes e unívocas do que poderia parecer à primeira vista.

Vale a pena sublinhar este ponto. Se quisermos levar em consideração os resultados de um conjunto significativo de trabalhos de pesquisa e análise em ciências sociais, é a essa multiplicidade, entrecruzada e dinâmica, das identidades culturais, que somos conduzidos. Tais pesquisas e análises permitem perceber bem o caráter plural e plástico, contextual e interativo, mutável e entrelaçado das identidades culturais, e as profundas ambigüidades de que muitas vezes se revestem nas suas manifestações simbólicas e nas suas dinâmicas relacionais.

Assim sendo, uma hipótese conceitual que proporia, desde o início, é a da pertinência de uma *conceitualização não essencialista das identidades culturais*. E, em conseqüência, das identidades culturais contemporâneas. Esta hipótese, é claro, não tem nada de particularmente original ou inovador. De certo modo, poder-se-ia mesmo dizer que a rejeição das concepções essencialistas dos fenômenos identitários é hoje, em larga medida, um adquirido das ciências sociais (Pinto, 1991; Calhoun, 1994; Silva, 1996; Costa, 1999; Brubaker, 2001). Na verdade, talvez não seja bem assim, talvez o adquirido não seja tão vasto ou tão inequívoco. Mas deixo este aspecto da discussão para o final.

De momento, para prosseguir, basta conceder que tal conceitualização não essencialista esteja suficientemente bem alicerçada nas ciências sociais atuais. Partindo dessa base, é possível avançar mais um passo. Quando examinados de perto, com algum cuidado observacional e alguma lucidez analítica, os referidos fenômenos de identidade cultural evidenciam, em regra, contornos muito menos nítidos, permanentes e unívocos do que aqueles com que, pelo contrário, tendem a surgir no debate público – seja no discurso midiático, seja nos enunciados programáticos da ação coletiva politizada, seja nas categorizações culturais utilizadas em muitas das situações relacionais do cotidiano.

Isso permite recolocar a questão, mas já de outro modo. Por que é, então, que as concepções correntes das identidades culturais tendem a surgir, na vida social, de formas redutoras e polarizadas, nomeadamente quando se manifestam na esfera pública e nos processos de ação coletiva? *Por que, grande parte das vezes, as identidades culturais são entendidas e expressas, socialmente, de maneira essencialista e reificante?*

Mais ainda. Por que isto acontece quando, justamente, os novos contextos urbanos e os processos de globalização alargam e potenciam toda a sorte de contatos e interconexões, de sincretismos e multiparticipações – numa versão exacerbada do *cruzamento de círculos sociais* e dos efeitos potenciais da *metrópole* nas experiências de vida, de que Simmel (1986, 1997) já falava há cerca de um século? Ou, o que os conceitos, hoje em dia tão glosados, de *redes, fluxos e hibridações*, tal como surgem, por exemplo, em Castells (1996, 1997, 1998) ou em Appadurai (1990), entre muitos outros, pretendem exprimir teoricamente? Ou, ainda, o que conceitos, como os de *campos de possibilidades e mundos sociais* urbanos, de *metamorfose e mediação*, tal como teorizados e utilizados analiticamente por Gilberto Velho (1981, 1994, 1999, 2001), permitem captar de maneira tão cognitivamente produtiva?

Sendo as identidades culturais socialmente construídas, e, portanto, múltiplas e contingentes, mutáveis e contextuais, por que as concepções hoje mais difundidas e socialmente atuantes demonstram uma forte propensão para entendê-las como essências, sejam essas “sociais”, “meta-sociais”, sejam mesmo “metafísicas”? Por que se tende a conceber as identidades culturais como rígidas e estanques, projetando-as, com esta configuração de sentido, na própria dinâmica social?

Esta é, então, não só uma segunda questão, mas uma questão, digamos assim, de “segundo grau”. Creio ser possível propor a hipótese analítica – esta talvez já menos corrente – de que, hoje, *não se pode analisar bem uma sem a outra*. Isto é, atualmente, o estado dos processos sociais e o “estado da arte” das ciências sociais parecem requerer que se trate de forma integrada: a) *a análise das identidades culturais*; e b) a análise das

*concepções socialmente prevalecentes* sobre identidades culturais, incluindo concepções de fundo erudito, e mesmo, até, as que circulam no campo das ciências sociais.

Na medida em que essas últimas estão envolvidas, a articulação iniludível entre os dois planos referidos – o das identidades culturais e o das concepções sobre as identidades culturais – constitui, ela própria, uma manifestação da reflexividade social contemporânea e dos processos de “dupla hermenêutica” que a percorrem, para usar uma expressão de Giddens (2000). Mas, de forma mais abrangente, essa articulação remete para *a especificidade relacional e simbólica dos fenômenos identitários*, como tal, aspecto decisivo a que regresso adiante.

Comecei por mencionar um paradoxo contemporâneo. Convém ver melhor, porém, se há mesmo paradoxo. Por um lado, isso implica aceitar as premissas: a de que estamos diante de poderosos e abrangentes processos de globalização; e a de que se assiste a uma proliferação de identidades culturais segmentadas e diferenciais. Não vou discutir muito essas premissas. Limito-me a reconhecer que as análises das ciências sociais a respeito de tais tópicos não estão estabilizadas, longe disso.

Há quem argumente que não se verificam, em nível societal, processos tão inclusivos, tão hegemônicos ou tão novos que justifiquem o conceito de globalização, pelo menos em sentido teórico forte, ou que justifiquem uma utilização tão onipresente dele como a que hoje em dia se constata. Há também quem atribua mais importância atual aos processos de homogeneização cultural massificada, ou de atomização individualista generalizada, do que às segmentações identitárias.

Estes argumentos têm, muitas vezes, boa dose de pertinência. Mas, em si mesma, uma face da moeda não anula a outra. Mais consubstanciada pelo conhecimento disponível nas ciências sociais é a coexistência e a interligação de processos de globalização, diferenciação e contextualização social, bem como de identidade, homogeneização e hibridação cultural.

Por outro lado, a formulação, como paradoxo do enunciado que serviu de ponto de partida a esta partilha de reflexões, não requer apenas

que se aceite a factualidade das premissas. Implica, ainda, aceitar a caracterização analítica da relação entre elas como uma relação paradoxal.

Ora, aqui, o problema não é de pertinência empírica mas de referência teórica. Uma constatação factual só se constitui como surpresa – e, mais ainda, só adquire o estatuto de paradoxo – perante uma teoria prévia ou, pelo menos, perante uma convicção cognitiva até então implicitamente partilhada (Gil, 1984). A simultaneidade – e, mais do que a simultaneidade, a interligação – entre os processos de globalização e os processos de proliferação de identidades culturais só pode ser considerada paradoxal do ponto de vista de uma teoria pré-constituída que assuma, como efeito previsível dos processos de globalização, uma tendência mais ou menos inexorável para a indiferenciação cultural.

De novo, neste ponto, a questão não é simples. As teorias que se podem encontrar nas ciências sociais, de algum modo relativas ao tema, apontam em diversas direções. Há importantes filões teóricos que alicerçam, desde há muito, a hipótese de indiferenciação, ou, noutros termos, de massificação. Isso acontece pelo menos desde Tocqueville (2001), com a sua célebre *Da Democracia na América*. Ou, noutra época e noutra quadrante teórico-ideológico, com figuras de referência da Escola de Frankfurt como Adorno e Horkheimer (1972), ou como Marcuse (1964), com o seu “homem unidimensional”. Ou ainda, para dar apenas mais um exemplo, este mais recente e com orientação paradigmática ainda de outro tipo, com as teses de Ritzer (2000) sobre a “macdonaldização” da sociedade.

Mas há também um conjunto crescente e variado de autores que ilustram e teorizam tendências de concomitância entre globalização e localização, e entre homogeneização e heterogeneização, nomeadamente em domínios como os das criações artísticas, dos estilos de vida ou das identidades culturais. Entre muitos outros, é o caso de autores tão variados como Robertson (1995), Castells (1996, 1997, 1998), Chaney (1997), Giddens (1997), Touraine (1998) ou Beck (2000).

Perante questões de grande generalidade, há um momento em que a simples discussão teórica

se torna cada vez mais inconclusiva. É um momento em que se sente necessidade de avançar para além do confronto relativamente estéril, reeditado à exaustão, entre enunciados assertivos de caráter apriorístico, enredados sobre si próprios numa teia circular de afirmações repetidas, com frequência em tom muito convicto. Nessa altura, a combinação da dúvida racional e do ceticismo metodológico com o apelo ao caso concreto e à investigação empírica, pode ser muito útil, em termos de potencialidade heurística e elucidação analítica. Retomo aqui ideias como as de Glaser e Strauss (1967) sobre a produção de “teoria enraizada” (*grounded theory*) através da investigação empírica, ou como as reflexões clássicas de Merton (1970) sobre as influências recíprocas entre teoria sociológica e pesquisa empírica.

Recorro então, na seqüência, muito em síntese, a três casos sobre os quais me foi possível realizar alguma investigação. São casos de configuração empírica bastante diferente entre si, a partir dos quais se podem repensar diversos aspectos do tema em causa: as identidades culturais urbanas no atual quadro de globalização. Por vezes, um pequeno contexto, ou um episódio efêmero, revelam-se *plataformas de observação* (Costa, 1986) susceptíveis de conduzirem a análises com implicações bastante vastas. É o que acontece, creio, com os casos seguintes.

### **Conflitos identitários e direitos culturais – O “caso” de Barrancos**

Portugal é um país que, nas últimas décadas, vem passando por significativos processos de transformação social modernizadora. As duas datas mais marcantes são 1974, com a queda do regime ditatorial que abafou o país durante quase cinquenta anos, e 1986, com a integração no espaço supranacional da atual União Européia. Representam episódios de aceleração de processos sociais envolvendo mudanças de fundo, em níveis estrutural, institucional e cultural (Viegas e Costa, 1998). Recusando situações anteriores de pobreza e atraso, a população migrou para o estrangeiro, para o litoral e para as principais cidades. As mulheres entraram

com bastante força no mercado de trabalho, o número de filhos por família caiu drasticamente, e a escolarização tornou-se parâmetro fundamental das estratégias de mobilidade social. Em termos de composição social passou-se, em pouco tempo, de um grande peso do campesinato e proletariado rural para o seu quase desaparecimento, substituído, primeiro, por um crescimento acentuado do operariado industrial e, logo depois, por uma forte predominância dos empregados do setor terciário e das novas classes médias qualificadas escolar e profissionalmente (Costa *et al.*, 2000). Os modos de vida urbanos tornaram-se padrões de existência social largamente partilhados. Sem que a emigração tenha desaparecido, a dinâmica principal é hoje de imigração, designadamente a partir da África, do Brasil e do Leste europeu.

Podem parecer algo estranho que o primeiro caso se reporte a uma pequena povoação chamada Barrancos, hoje em dia com cerca de duas mil pessoas, situada no interior sul de Portugal, numa região chamada Alentejo. Segundo os seus próprios habitantes, era, até há pouco, e ainda é, em alguns aspectos, uma “terra esquecida”. À primeira vista, então, dir-se-ia ter o caso muito pouco a ver com a atualidade da sociedade portuguesa e, menos ainda, com o urbano e com a globalização. Mas, como se poderá verificar rapidamente, tem tudo a ver.

A região alentejana cobre grande parte do sul de Portugal. É uma região pobre e pouco povoada. As sucessivas invasões e colonizações, nomeadamente romana, muçulmana e cristã, bem como todas as mudanças históricas posteriores, acrescentando e remodelando elementos, prolongaram até ao limiar da atualidade lógicas de povoamento concentrado e estratificação social polarizada (Ribeiro, 1986; Cutileiro, 1977). A vila de Barrancos fica aí, mas na parte mais a sul, mais deserta, mais interior, na fronteira com Espanha.

Ora, de repente, há bem poucos anos, sem que nada o fizesse prever, Barrancos tornou-se uma das povoações mais mediáticas e mais discutidas em Portugal, pretexto recorrente de acesa controvérsia pública, objeto de reportagens televisivas e colunas de jornais, de debates parlamentares e decisões de tribunais, de manifestações pú-

blicas e intervenções policiais, alvo de estratégias partidárias, de acusações culturais e de discussões populares acaloradas. E, até, de algumas análises sociológicas (Costa, 2000; Capucha, 2001).

Num dia de fim do verão de 1995, um dos canais de televisão, na procura de temas para conquista de audiências, coloca, em pleno noticiário televisivo nacional, uma reportagem sobre esse lugar discreto. O que é que suscitava o interesse comunicacional? À primeira vista, tratava-se apenas de mais uma simpática festa anual de uma pequena povoação, como tantas outras que ocorrem aos milhares por todo o país. Em Barrancos são as festas de Nossa Senhora da Conceição, que têm lugar entre 28 e 31 de agosto. Nada que, em princípio, fosse notícia para os meios de comunicação nacionais.

Por quê, então, o inusitado destaque? O que tinha captado a atenção televisiva era, afinal, o seguinte. Para além da procissão, dos espetáculos musicais, dos bailes, das comidas e bebidas pela noite a fora, as gentes de Barrancos – como muitas outras do país – incluem, como elemento importante das festas, um conjunto de atividades tauromáquicas. Em Barrancos, como em vários outros locais, as “festas de touros” têm mesmo uma presença central, consistindo, basicamente, nos “encerros” e nas “novilhadas”.

Durante o período da festa, em cada dia, de manhã, são largados dois touros pelas ruas. As pessoas da terra, sobretudo homens jovens, correm junto deles, desafiando-os, e conduzindo-os aos “curros”, onde ficam encerrados à espera da corrida da tarde. São os “encerros” – dos quais, é claro, os participantes se arriscam a sair com o corpo mais dorido, mas também mais satisfeitos consigo próprios. Aos fins de tarde, na praça principal da terra, onde é erguida uma estrutura de madeira especial, com tecnologia tradicional própria (o “tabuado”), onde se aglomera a população entusiasmada, os animais são lidados, numa “novilhada popular”, segundo a designação ultimamente mais adotada. Não entro em pormenores, muito interessantes do ponto de vista etnográfico, mas que são dispensáveis para a presente discussão.

Acontece que – e foi isto que a televisão quis mostrar – nas festas de Barrancos, os novilhos, no

fim de cada dia, são mortos na praça, como se dá habitualmente na chamada “corrida à espanhola”. Ora, em Portugal, os “touros de morte” são proibidos por lei. Em Barrancos, no entanto, terra recôndita do interior sul, as festas locais sempre incluíram a morte dos touros, e também nunca ninguém se tinha incomodado com isso. Tudo mudou de figura, é claro, quando a televisão, transmitindo o episódio em âmbito nacional, modificou-lhe irremediavelmente o contexto e o significado.

Vale a pena assinalar que o quadro vivido no local é de festa popular e não de espetáculo comercial. Há, como é habitual nesses casos, uma “comissão de festas”, cujos elementos, recrutados entre a população da terra, são renovados anualmente. O local das corridas é “a praça”, o espaço público central da povoação. A participação popular é intensa, de homens e mulheres de todas as idades. Além disso, o ritual festivo tem a particularidade de incluir, após a corrida, já fora da praça, a distribuição da carne dos bovinos, memória dos tempos de carência em que só por ocasião da festa os trabalhadores rurais tinham oportunidade de a comer.

Perante a reportagem televisiva inicial, e as outras que se lhe seguiram, o que aconteceu? Essas reportagens sublinhavam dois aspectos. Por um lado, apontavam a curiosidade exótica, o registo etnográfico, a singularidade identitária das festas de Barrancos. Por outro, questionavam o sofrimento dos animais, o caráter agressivo do espetáculo e a ilegalidade da prática, criticando a falta de intervenção das autoridades estatais. Daqui surgiu toda a polémica.

Como se vê, o caso de Barrancos, como questão pública controversa, começou por ser, antes de mais nada, uma manifestação dos modos como os meios de comunicação contribuem hoje, de maneira decisiva, para a *construção social da realidade* (Stevenson, 1995; Matellart, 1997; Poster, 2000; Sartori, 2000). Os *media* modernos são elementos centralmente constituintes das formas atuais de organização social e de configuração cultural, caracteristicamente urbanas, e dos fluxos globalizadores que as atravessam. Os canais de televisão que desencadearam a questão de Barrancos têm sede urbana, dirigem-se sobretudo a públicos ur-

banos, constituem e interpelam, de maneira focal, as sensibilidades, os modos de vida, as formas de expressão e as identidades culturais urbanas contemporâneas (Crane, 1992; Ferreira, 2000).

Como controvérsia pública, pois, o caso de Barrancos não teve tanto a ver com um costume local, em si mesmo. O costume local já lá estava. Passou a ser uma questão controversa quando foi alvo de reportagem televisiva, a qual o selecionou de entre muitos outros, lhe sublinhou certos aspectos, o desinseriu do seu quadro de existência habitual e o transportou para âmbitos de visibilidade pública de escala completamente diferente da do seu contexto de produção próprio. Os significados de que se revestiu nesse novo âmbito passaram a ser, necessariamente, outros.

Mas o caso de Barrancos não se ficou por esta dimensão de *comunicação de massas*. Com ela surgiu logo outra dimensão, a das *relações interculturais*, nas formas ambivalentes em que elas, muitas vezes, têm tendência a ocorrer hoje em dia.

Para além das televisões e dos jornais, assumiram a curto prazo intervenção muito ativa algumas associações de proteção dos animais, nomeadamente das duas principais cidades portuguesas, Lisboa e Porto. Por solicitação destas, um tribunal de Lisboa emitiu, em 1997, uma “providência cautelar”, com vista a obrigar as autoridades administrativas e policiais a não deixarem realizar a festa de Barrancos nos seus moldes habituais, isto é, com morte dos touros na praça. Daí para cá, a escalada da questão, em termos públicos, foi enorme.

Na oposição às festas de Barrancos convergem diversos argumentos e agentes sociais. Alguns cidadãos abastados, de meia idade e ideologia conservadora, adotam uma posição que se poderia designar de “higienismo civilizador”. Acham que as práticas da população da vila alentejana são primitivas, bárbaras, inaceitáveis por uma sensibilidade bem formada, incompatíveis com as sociedades evoluídas, e que, portanto, deveriam ser impedidas a todo o custo, cabendo ao Estado, e em última instância à polícia, obrigar as pessoas de Barrancos a comportarem-se de maneira civilizada. Outros, jovens urbanos escolarizados, também e sobretudo das grandes cidades, de orienta-

ção ideológica ecologista e estilo sociocultural pós-modernista, assentam a sua campanha no que designam por valores de “defesa dos direitos dos animais”. Tanto uns como outros, para além dos argumentos anteriores, de ordem cultural, chamaram em seu apoio um argumento de ordem jurídica, exigindo o cumprimento da lei que interdita os touros de morte. O não cumprimento da lei tornou-se, aliás, para muitas outras pessoas, o elemento problemático decisivo.

Pelo seu lado, a população de Barrancos argumenta que não percebe nem aceita que nunca ninguém se tenha preocupado com as suas enormes e persistentes carências – em estradas, escolas, equipamentos, empregos – e que só agora se tenham lembrado deles, mas para lhes quererem negar a sua maneira de fazer a festa, as suas tradições, a sua dignidade. Salientam que não andam a fazer proselitismo dos seus costumes, nem foram eles a procurar interferir com a vida dos outros. Relembrem que se trata de uma festa anual e não de espetáculos comerciais de tourada, aos quais a lei se destina. Chamam a atenção para a prioridade de que seria lógico terem, em termos de preocupação pública, inúmeras situações de sofrimento animal em larga escala: industriais, desportivas, domésticas e outras. Por último, consideram que a lei em causa, datando de 1928, do início do longo período ditatorial vigente em Portugal até 1974, não é satisfatória, e requerem legislação atualizada contemplando casos de especificidade cultural.

Com estes argumentos, e uma fortíssima adesão local, as gentes de Barrancos continuam a fazer a festa à sua maneira. Para os barranquinhos, o que está agora em causa é a defesa do direito não só aos seus próprios gostos e práticas, mas também, perante o modo como a questão foi desencadeada contra eles, o direito a serem tratados como portadores de igual dignidade humana e igual estatuto de cidadania cultural.

A situação tem-se repetido anualmente, mas com desenvolvimentos adicionais. Foram emitidas novas providências cautelares, solicitadas pelas referidas associações. Estas chegaram a promover uma manifestação às portas da vila, protagonizada sobretudo por algumas dezenas de jovens es-



tudantes e por algumas personalidades do mundo artístico. Deslocaram-se a Barrancos, num dos dias da festa, transportando cartazes com críticas às práticas locais e recomendando às gentes da vila outras atividades, mais “educativas”. Simultaneamente, o caso tornou-se uma “questão de Estado”. Alguns partidos de oposição colocaram o assunto na agenda política, acusando o governo de não ser capaz de fazer cumprir a lei em todo o território nacional. Outros partidos de oposição, pelo contrário, acentuaram a necessidade de o parlamento criar um novo quadro legal que permita a realização da festa de Barrancos. O próprio partido do governo dividiu-se a este respeito.

De ano para ano, a festa foi tendo mais pessoas, vindas de fora, atraídas pela repercussão pública do caso. Os barranquinhos vão tirando algum proveito de toda esta nova visibilidade pública da terra, mas, ao mesmo tempo, desejariam voltar ao anonimato anterior. Entretanto, a questão ultrapassou fronteiras. Barrancos só pertence ao território português desde o século XIX. Antes fazia parte da Espanha. As características da sua festa também têm que ver com este fato. Ora, já em 2001, a juíza de um tribunal do Porto pronunciou-se formalmente sobre o caso afirmando que as corridas de touros à espanhola são um “divertimento bárbaro e impróprio de nações civilizadas”. Perante isto, alguns responsáveis autárquicos da Espanha, de regiões próximas, protestaram indignados, ameaçando transformar o caso num conflito diplomático internacional.

Como se pode depreender deste breve resumo, e necessariamente muito incompleto, o caso de Barrancos é um caso de *identidades culturais* e, mais especificamente, de *conflitos identitários*. Observa-se hoje uma tendência de valorização e de procura ativa alargada do diverso e do exótico, materializada, por exemplo, no turismo de massas ou nas reportagens sobre curiosidades geográficas e etnográficas. São processos alicerçados nos modos de vida urbanos e nas dinâmicas de globalização. Mas não deixam igualmente de se observar, também com grande presença atual, tensões como as que desde sempre têm propensão a estabelecer-se, de maneira mais esbatida ou mais exacerbada, entre diferentes pa-

drões de comportamento e entendimento, de sensibilidade e gosto.

O que é relativamente novo, em termos sociais, é a coexistência de múltiplas referências culturais, em regime de entrecruzamento e sobreposição, num quadro de relacionamento social em que se tornou valor de referência a pretensão de assegurar essa coexistência segundo *uma ética da universalidade de direitos e dignidade* – e, portanto, de reconhecimento da idêntica dignidade das diferenças, à exceção das que comprometam, precisamente, aquela universalidade de direitos e dignidade. Esta configuração de padrões valorativos e regras de relacionamento humano não tem nada de estabilizado ou incontroverso. Pelo contrário, é uma configuração emergente e contraditória. O caso de Barrancos é bem ilustrativo das dinâmicas que atualmente agitam, neste plano, a constituição das sociedades.

Numa formulação canônica, é corrente referir-se, no processo de construção da modernidade, a institucionalização progressiva de três gerações de direitos: primeiro, os direitos cívicos, depois, os direitos políticos e, mais tarde ainda, os direitos sociais. Este enunciado deve ser tomado pelo que é, apenas um esquema simples que pode ajudar a compreensão dos processos sociais. A sucessão não foi exatamente essa por todo o lado. Nenhum daqueles tipos de direitos está necessariamente consagrado na sua plenitude nem é imune a regressões. O que importa aqui sublinhar, porém, é a emergência de uma quarta geração de direitos, designáveis por *direitos culturais*. O caso de Barrancos é, especificamente, um caso de direitos à identidade cultural.

O atual contexto relacional de urbanidade globalizada conduz, assim, a um duplo processo. No âmbito dos *protagonismos sociais*, potencia a multiplicação de dinâmicas identitárias. Estas têm evidenciado faces diversas e de sinal contrário, podendo muito bem assumir caráter de agressão ou convivência, de isolamento ou hibridação, de cristalização ou inventividade, de sincretismo ou reformulação. Em um outro nível, coloca, de maneira mais atual e decisiva do que nunca, o problema da constituição de *meta-regulações institucionais*, viabilizadoras da coexistência entre cida-

dãos portadores do direito a opções identitárias culturalmente plurais. Isto, note-se bem, numa situação que já não é a do relativo confinamento prévio, mas a de inscrição tendencial num quadro de urbanidade abrangente e interdependências globalizadas, ele próprio arena reconfigurada de interpelações identitárias recíprocas.

Terá ficado claro, pois, que o objeto de análise e reflexão, aqui, não é tanto a população de Barrancos e a festa local. Consiste, sim, no inter-relacionamento alargado, potencial ou efetivamente conflitual, de identidades culturais em contexto de urbanidade globalizada, com intervenção de alguns dos mecanismos mais específicos desta: meios de comunicação, espaço público, modos de vida diversificados, movimentos sociais.

### **Uma síntese global localizada – A “Expo’98”**

Um segundo caso, com o qual se podem ilustrar algumas das principais questões que têm vindo a despertar interesse analítico nas ciências sociais a respeito das identidades culturais urbanas em época de globalização, remete para um contexto e uma situação que parecem, à primeira vista, situar-se num universo diametralmente oposto ao anterior. Acontece que não é bem assim, ou é apenas em parte.

O caso, aqui, é o da Expo’98 – Exposição Mundial de Lisboa de 1998. Como se sabe, as grandes exposições internacionais, realizadas sob os auspícios do Bureau International des Expositions – BIE, têm já uma história longa, remontando a meados do século XIX. Essa série de exposições internacionais, universais ou mundiais – a terminologia tem variado e não cabe aqui examinar as diferentes possibilidades (Galopin, 1997) – teve início com a Exposição de Londres, de 1851, e incluiu muitas outras, das quais basta referir, a título de exemplo, a Exposição de Paris de 1889, de que ficou a célebre Torre Eiffel, e, mais perto da atualidade, a Exposição de Sevilha de 1992 (Harvey, 1996).

Tive oportunidade de realizar, com uma equipe de colegas sociólogos, uma investigação relativamente minuciosa sobre os aspectos cultu-

rais da Expo’98, antes, durante e depois da respectiva realização (Santos e Costa, 1999). Dessa investigação é possível destacar um conjunto de aspectos a respeito do tema aqui em discussão – ainda que tenha de o fazer, como é óbvio, de forma muito sintética e seletiva.

A Exposição Mundial de Lisboa ocorreu entre maio e setembro de 1998. Estiveram presentes cerca de 150 países, além de um conjunto diversificado de organizações internacionais. A programação cultural contou com muitas centenas de projetos e atividades. Teve mais de 10 milhões de visitantes, isto é, mais do que a população do país de acolhimento (que pouco ultrapassa, precisamente, os 10 milhões de pessoas). Vem a propósito referir que, entre os países estrangeiros, o Brasil foi o terceiro em número de visitantes, depois das geograficamente vizinhas Espanha e França, e o segundo país com maior número de projetos culturais, logo depois da Espanha.

A realização de uma exposição destas não é fácil. Os responsáveis pelo projeto começaram a trabalhar na candidatura junto do BIE com anos de antecedência, em concorrência forte com candidaturas de outros países. A vitória da candidatura deveu-se a um conjunto de fatores, nomeadamente a uma concepção que se propunha integrar à exposição, como lugar de encontro entre países, povos e culturas, com um tema universal de atualidade (“Os Oceanos, um Patrimônio para o Futuro”), com uma forte dimensão de novidade tecnológica (nas mostras e nos espetáculos), e, ainda, com um plano ambicioso de reconversão urbanística de uma importante faixa ribeirinha da zona oriental da cidade, junto à parte mais larga do grande estuário do rio Tejo, antiga área industrial e portuária em decadência, muito degradada.

Desde o início, a dimensão de *projeto identitário* esteve presente na Expo’98. Tratava-se, antes de mais nada, de projetar no mundo, mas também junto da própria população nacional, uma imagem de modernidade recém-alcançada. Pretendia-se, deste modo, atualizar, no plano simbólico, as imagens identitárias (imagens externas e auto-imagens) da cidade e do país, de maneira a torná-las mais correspondentes à realidade emergente das intensas transformações estruturais, de moderniza-



ção institucional, econômica e social, que, se bem que com ritmos diferenciados e contradições não menosprezáveis, se vinham acentuando, como referido, desde a queda da ditadura em 1974 e, mais ainda, desde a integração na atual União Européia, em 1986. E pretendia-se também, num mesmo movimento, fazer dessa realização uma alavanca adicional de modernização, em diversos domínios, desde os científico, tecnológico e ambiental, até, muito em especial, aos que tinham a ver com a promoção de um cosmopolitismo cultural atualizado e de um ambiente urbano renovado. Pode-se, assim, tomar a Expo'98 como ilustração concreta de processos sociais a que vários autores, com variantes de sentido, têm chamado de “modernização reflexiva” (Beck, Giddens e Lash, 2000).

A Expo'98, como *megaevento contemporâneo* (Santos e Costa, 1999), apresenta um vasto conjunto de dimensões com incidência identitária significativa. Destaca-se, desde logo, o caráter decisivo da dimensão comunicacional, com a presença esmagadora que a realização teve na imprensa, rádio e televisão, onde se processou, em larga medida, a tematização de questões mais ou menos controversas, como as relativas às representações identitárias da cidade e do país suscitadas pela exposição, e onde essa tematização se amplificou muito para além dos frequentadores diretos. É uma dimensão com grande importância no caso anterior, e que aqui reencontramos como componente central das dinâmicas de identidade cultural em contexto de globalização.

Pode-se registar, além disso, um conjunto de processos e efeitos identitários especificamente ligados às formas de expressão artísticas e culturais: uma amplificação pública sem precedentes destas obras e práticas, através, precisamente, da esfera comunicacional; a colocação de Lisboa, muito mais do que dantes, nas rotas das programações culturais globalizadas; a inserção reforçada de criadores e produtores artísticos em circuitos culturais de âmbito internacional; uma produção muito maior do que o habitual de obras de arquitetura, de artes plásticas, musicais e do espectáculo, suscitada por encomendas para a exposição, e o estímulo alargado à formação de jovens artistas; as dinâmicas, igualmente suscitadas pela exposi-

ção, de visibilidade simultânea de diferentes formas de cultura, de encontro entre artistas, de hibridação de gêneros, de experimentação de fórmulas. E, ao mesmo tempo, a disponibilização de tudo isto, em espaço e tempo concentrados, a públicos muito mais vastos e diversificados do que os anteriormente constituídos.

A Expo'98 produziu, ainda, em versão ampliada, a aglomeração festiva, a recontextualização de sociabilidades, a intensificação relacional, assim como gerou nos visitantes um invulgar cuidado cívico com espaços de apropriação coletiva. E suscitou fluxos populacionais de ruptura com os percursos diários e as rotinas do cotidiano, fluxos esses que assumiram o caráter de peregrinações modernas ao palco, ali montado, de uma representação-síntese da diversidade cultural mundial.

Porventura, um dos aspectos mais importantes a sublinhar é, justamente, o cruzamento de dinâmicas identitárias que este tipo de contexto urbano cosmopolita proporciona. Cruzamento que se estabeleceu entre cada uma das representações de identidade cultural nacional ali presentes e a representação de uma “síntese global” da multiplicidade cultural planetária; síntese global essa, por sua vez, “localizada” num espaço de representação que se constituiu como referente identitário privilegiado da cidade e da sociedade promotoras.

Aliás, o investimento urbanístico feito no local da exposição prolongou-se bem para além do acontecimento efêmero, quer na vertente de espaço edificado habitacional e comercial, quer na vertente de espaço público de utilização coletiva, de cultura e lazer. Apesar das contradições do processo urbanístico (Ferreira e Indovina, 1999), o espaço da exposição, rebatizado de Parque das Nações, tornou-se, de maneira duradoura, um dos referentes identitários mais salientes da Lisboa atual, além de um elemento fundamental da imagem renovada da cidade.

Os megaeventos contemporâneos, como é o caso da Expo'98, envolvem grandes aglomerações de pessoas, com uma gama vastíssima de agentes profissionalizados e com uma quantidade ainda maior de públicos, em concentração densa, em períodos bem delimitados, em espaços circunscritos preparados para o efeito. Ora, isto ocorre no

contexto de um panorama societal globalizado e mediatizado, no qual se poderia dizer que, com a televisão e o vídeo, com os CDs e o computador, com a *internet* e os multimídia, os “acontecimentos ao vivo” estariam em declínio.

O que acontece, contudo, parece ser o inverso. As dinâmicas contemporâneas de globalização, profissionalização, mercadorização e mediatização da cultura, embora acentuem as possibilidades e as tendências de consumos culturais em regime privado, doméstico e individualizado, parecem ser acompanhadas por outras, nas quais sobressai, precisamente, a procura crescente de interação direta intensificada, em espaços públicos de diferentes configurações e a propósito de diversas modalidades de práticas e acontecimentos.

Uma das formas em que esta tendência se traduz é na hipertrofia de certos eventos (megaconcertos, super-festivais, campeonatos mundiais, peregrinações massificadas, desfiles gigantescos) e equipamentos (complexos olímpicos, parques de diversões industrializados, hipercentros culturais ou comerciais, recintos monumentais). Num contexto social de mediatização da cultura e dos lazeres, mas também de estetização dos cotidianos, de opcionalidade crescente na adoção de estilos de vida e de regulação reflexiva dos projetos identitários (Crane, 1992; Featherstone, 1992; Chaney, 1996; Giddens, 1997), tende a ser cada vez mais interessante a vivência de “ocasiões únicas” e de “experiências diretas”, bem como a possibilidade de testemunhar que “se esteve lá”.

Ao mesmo tempo, os megaeventos contemporâneos adquiriram o estatuto de espetáculo mediático por excelência. Não apenas, porém, pelas atividades que neles ocorrem, mas também, ou sobretudo, pelas multidões que se dão a ver, elas próprias, como parte decisiva do espetáculo, constituindo-se, do mesmo passo, como testemunhas de credibilização cognitiva e como referentes de emoções partilhadas.

Neste segundo caso, pois, o que está em causa não são tanto os *conflitos identitários*, como no primeiro, mas uma outra forma que as identidades culturais urbanas tendem a assumir no atual contexto de globalização, a da *identidade como objeto de ação institucional*.

### **Movimentos sociais e identidades culturais urbanas – Os “bairros populares” de Lisboa**

Um terceiro caso permite reexaminar, ainda a uma outra luz, algumas das principais situações e dinâmicas em que estão envolvidas identidades culturais urbanas no atual contexto de globalização. Há aqui um conjunto de aspectos adicionais, relativamente aos casos anteriores, que merece ser analisado. Mas há também uma grande zona de sobreposição, em que se reencontram aspectos fundamentais já identificados.

Em meados dos anos de 1980, surgiu num bairro antigo de Lisboa, situado bem no núcleo histórico medieval da cidade, um forte movimento popular. Nesse movimento, a identidade cultural do bairro constituía, a vários títulos, questão central. Curiosamente, nesse contexto urbano antigo, era o referido movimento de base popular que inaugurava em Lisboa um tipo de processo de grande atualidade: os processos de reatribuição de valor urbanístico, patrimonial e cultural aos centros históricos; processos tendencialmente protagonizados em muitas cidades, sobretudo da Europa mas não apenas, principalmente por setores jovens das novas classes médias urbanas escolarizadas e profissionalmente qualificadas, e traduzidos em programas de *reabilitação urbana*, como se lhes veio a chamar tecnicamente.

Havia já alguns anos que vinha desenvolvendo ali, no bairro de Alfama, um trabalho de investigação sobre as formas de cultura local, recorrendo à pesquisa de terreno prolongada, envolvendo contato direto informal com as pessoas e as situações. Daí tinha já resultado, aliás, um conjunto de publicações, em especial um livro, em co-autoria com Maria das Dores Guerreiro (que realizou comigo toda essa fase da pesquisa), sobre o fado amador de caráter popular, que é um elemento importantíssimo do cotidiano do bairro e da sua configuração sociocultural (Costa e Guerreiro, 1984). Isso permitiu-me acompanhar desde o início todo o movimento, analisando-o à luz dos parâmetros sociais e culturais que caracterizam o bairro e a sua inserção em contextos e processos mais amplos.

O bairro de Alfama situa-se na colina onde começou Lisboa, hoje conhecida por Colina do Castelo. Mais precisamente, estende-se ao longo da encosta dessa colina até ao rio Tejo. É um local de povoamento muito antigo, retém o nome que lhe vem da época de dominação muçulmana, e permaneceu com um traçado urbano medieval, estreito e labiríntico. É habitado por uma população em que os contrastes de classe social estão presentes, mas a maioria dos moradores tem perfil social popular e o tecido relacional local é bastante denso.

Acontece que, naquela altura, por um conjunto de razões que é dispensável aqui pormenorizar, as casas pequenas e antigas onde mora essa população tinham atingido um elevado estado de degradação (Costa, 1999). O referido movimento, surgido depois de muitas diligências de carácter mais individual, reivindicava dos poderes públicos, municipais e estatais, a recuperação das casas degradadas, com vista a que os residentes pudessem usufruir de condições de habitação minimamente aceitáveis pelos padrões atuais de conforto urbano, vigentes em grande parte da cidade-metrópole. Sendo pessoas de rendimentos relativamente baixos, os moradores locais dificilmente poderiam suportar sozinhos os custos económicos de uma tal operação.

Além deste, o movimento social local esgrimia outros dois argumentos, nos quais estavam implicadas diretamente questões de identidade cultural urbana, nos termos de algumas das tematizações que estas mais caracteristicamente tendem a assumir na atualidade.

Um desses argumentos chamava a atenção para a reabilitação urbana de um bairro como Alfama, local de acumulação de um património histórico único, de valor universal, espaço de sucessivas vagas de construção sobrepostas ao longo dos milénios. O intuito social de modernizar as condições de habitação não poderia deixar de ser acompanhado pela preocupação de preservar a marca histórica do conjunto urbano em causa, o que, associado às dificuldades colocadas por um terreno íngreme e por materiais de construção antigos, implicava, para a intervenção nos edifícios e nos espaços públicos, recursos técnicos e financeiros bastante elevados.

O outro argumento tinha a ver com a recusa, por parte dos moradores, de que tal intervenção se traduzisse numa subida tal dos custos de aluguel ou compra das habitações que redundasse, na prática, na sua expulsão para qualquer periferia da cidade, substituídos pela entrada de novos residentes com um perfil social majoritário de classes médias e altas, interessados em usufruir do valor simbólico do local e, ao mesmo tempo, com afluência económica suficiente para pagar as casas recuperadas em regime de puros preços de mercado. Assistir-se-ia, assim, a uma versão local dos chamados processos de “gentrificação”, os quais têm vindo a ocorrer, ao longo das últimas décadas, em diversos centros históricos urbanos de várias cidades do mundo.

Mas isso significaria, não só um atentado aos direitos culturais da atual população residente ao local de identificação residencial, mas também uma destruição do potencial criativo de formas de cultura popular urbana lisboeta, como o fado amador, as festas da cidade, as marchas bairristas, as sociabilidades intensas, as associações de bairro (Costa, 1999). Práticas sociais e formas simbólicas estas que são particularmente emblemáticas da identidade cultural de Lisboa, sendo produzidas, aliás, não só neste, como noutros dos chamados “bairros populares” da cidade (Cordeiro, 1997, Cordeiro e Costa, 1999). Tal potencial de criatividade cultural era, assim, considerado uma resultante da confluência entre um quadro urbano de características muito específicas – designadamente: malha urbana densa e labiríntica, situação central na cidade, vizinhança do rio e da faixa portuária – e uma população de perfil social popular, se bem que ela própria em constante recomposição, em sintonia com as mudanças de fundo da sociedade (Machado e Costa, 1998; Costa *et al.*, 2000).

Como se vê, estes argumentos remetem a dois dos modos mais frequentes de atribuição de identidade cultural a contextos sociais urbanos: o primeiro, de tom *histórico-patrimonial*; o segundo, de carácter *sociocultural*. Acontece que, relativamente a Alfama, a primeira versão da identidade cultural do bairro é construída fundamentalmente a partir do exterior, por discursos de natureza erudita e co-

mercial, em diversas modalidades: histórica, didática, artística, jornalística e turística. São discursos que transportam, em regra, concepções essencialistas e reificantes. A segunda versão é produzida sobretudo no interior do bairro, no decurso da vivência cotidiana local. Acompanha a experiência dos episódios de interação ali diariamente repetidos, a inserção nas redes sociais que atravessam o bairro, os modos de vida nele estabelecidos, as socializações localmente experimentadas, as práticas culturais produzidas e partilhadas nesse quadro específico de relacionamento social. Tudo isso redobrado da geração continuada, entre a população local, tanto de representações simbólicas do bairro como entidade distinta, como de fortes sentimentos de pertencer a ele – isto é, de formas endógenas e vividas de identidade cultural.

Essas duas modalidades de identidade cultural, com o mesmo referente mas com protagonismos e expressões diversas, coexistem no bairro, mas de maneiras parcialmente não coincidentes. Isso conduz a diversos fenômenos, analiticamente muito interessantes, mas que não é possível aqui desenvolver (Costa, 1999). Enfatize-se, apenas, que essas não coincidências podem conduzir a efeitos práticos significativos. Por exemplo, quando, no movimento pela reabilitação urbana, aos ativistas das instituições representativas locais se juntaram arquitetos e historiadores interessados no valor patrimonial do bairro, verificou-se que, sob um aparente consenso de objetivos, se interpretava afinal o que estava em causa de maneira muito divergente. Os primeiros deram sempre prioridade à população local; os segundos tenderam muitas vezes, em situações de difícil compatibilidade, a atribuí-la às edificações.

Se as duas modalidades de identidade cultural referidas já antes coexistiam implicitamente no bairro, em regime de *sobreposição desfocada*, o movimento de reabilitação urbana trouxe consigo uma terceira modalidade identitária. A identidade cultural de Alfama foi *tematizada politicamente*, de forma explícita e reflexiva, como vetor decisivo de mobilização e reivindicação. Mas o potencial de reflexividade transportado por esta tematização identitária explícita depressa se viu concorrenciado por uma tendência para o ressurgimento

do essencialismo e da reificação, nomeadamente em versões patrimonialistas, através de alguns dos novos protagonistas referidos.

Assim, neste último caso, para além de outros aspectos, o que está sobretudo em causa são as articulações complexas de diversos mecanismos da *identidade cultural* como elemento estratégico de constituição de um *movimento social*, tal como movimentos deste tipo tendem a emergir nos atuais espaços sociais urbanos atravessados por dinâmicas de globalização.

### **Identidades culturais: uma tipologia analítica**

Para concluir, propomos a seguir uma breve sistematização do que foi dito até aqui, apoiada nos exemplos ilustrativos anteriores. Eles são provenientes de processos de pesquisa conduzidos numa perspectiva de análise próxima e minuciosa, em contato direto com as pessoas e as situações, mas, simultaneamente, atenta a vetores transversais e translocais de estruturação social contemporânea. Poder-se-ia retomar, nesse sentido, a expressão “etnografia global”, sem que se tenha de aderir a todas as conotações da utilização que lhe tem vindo a ser dada por alguns autores (Burawoy *et al.*, 2000).

Nas últimas décadas, o conceito de identidade, e, mais especificamente, de identidade cultural, tornou-se um conceito invasor, tanto das análises produzidas em ciências sociais como, muito para além disso, da discussão pública e da ação coletiva. Nem sempre tem sido bem utilizado e, com frequência, tem-se tornado muito perigoso. Na base de muitos equívocos e efeitos perversos, estão concepções redutoras, essencialistas e reificantes das identidades culturais. Essas concepções parecem estar inscritas em profundidade na lógica de boa parte dos mais correntes processos sociocognitivos, sistemas de categorizações culturais e movimentos sociais (Costa, 1999).

A pesquisa empírica e a análise teórica em ciências sociais têm mostrado, porém, que as identidades culturais são sempre socialmente construídas, e, por isso, múltiplas e mutáveis. São,

mais precisamente, construções sociais relacionais e simbólicas (Costa, 2001). Simplificando: relacionais, porque sempre produzidas em relação social e porque sempre relativas a outras; simbólicas, porque envolvem sempre categorizações culturais e porque significam sempre o destaque simbólico seletivo de algum ou alguns atributos sociais. As “identidades culturais” implicam um tipo específico de redobramento simbólico das “propriedades sociais”, requerem a seleção e evidenciação ativa de alguma ou algumas delas, simbólica e relacionalmente realizada. Identidade cultural é sempre, nesse sentido, reflexividade e reconhecimento.

À luz da observação e análise cuidadosamente conduzidas, as identidades culturais revelam, além disso, uma permanente ambivalência de conotações valorativas, de sentido positivo ou negativo, um freqüente entrelaçamento de dinâmicas de ostentação e ocultação, um caráter sempre situacional, contextualizado, interativo e estratégico no seu acionamento. Como muito outros, os casos analisados anteriormente dão bem conta de tudo isto, mesmo não tendo sido possível ilustrá-lo aqui em pormenor.

Em síntese, terão ficado suficientemente elucidadas a coexistência e a sobreposição, em regime de entrelaçamento complexo, de *três modos principais de manifestação contemporânea das identidades culturais*. Na proposta de um esboço de modelo teórico de caráter ideal-típico, podemos chamá-lhes “identidades experimentadas”, “identidades designadas” e “identidades tematizadas”.

Tendo presente os casos analisados, tornam-se dispensáveis extensas explicações. As *identidades experimentadas*, ou vividas, têm a ver com as representações cognitivas e os sentimentos de pertença, reportados a coletivos de qualquer espécie (categoriais, institucionais, grupais, territoriais, ou outros), que um conjunto de pessoas partilha, emergentes das suas experiências de vida e situações de existência social. O cotidiano bairrista da população de Alfama, a vivência festiva das gentes de Barrancos, ou o tipo específico de sensibilidade de alguns grupos que se opõem a essas festividades, são bons exemplos. Assim como o é, embora de forma talvez menos evidente, a experiência partilhada da Expo’98, na medida em que

esta assumiu o caráter de dispositivo de amplificação e intensificação, precisamente, de experiências identitárias – cidadinas, nacionais e globais.

As *identidades designadas*, ou atribuídas, por seu turno, reportam-se a construções discursivas ou icônicas de entidades coletivas, com as quais aqueles que as produzem não têm relação subjetiva de pertença. Ou, pelo menos, não é a esse título nem sobre essa base que tais formas de identidade cultural são elaboradas simbolicamente como unidades de mapeamento da paisagem social. São ilustrativas desta modalidade de constituição de identidades culturais: as imagens folclorizadas ou estigmatizadas de Barrancos feitas pelas reportagens televisivas; ou a reificação histórico-patrimonialista de Alfama induzida pela generalidade das abordagens técnicas, artísticas, didáticas, jornalísticas ou turísticas; ou, ainda, as imputações de caráter emblemático feitas em relação à Expo’98 pelos discursos político e mediático.

Um dos aspectos importantes a destacar nas dinâmicas identitárias observáveis é o dos freqüentes *efeitos de sobreposição desfocada* entre essas duas formas-tipo de identidades culturais. Mas não menos importantes, hoje em dia, são os *efeitos de reinvestimento simbólico* que uma terceira modalidade típica de identidades culturais, a das identidades tematizadas, exerce cada vez mais sobre as duas anteriores.

As *identidades tematizadas*, ou políticas de identidade, são estratégias deliberadas e reflexivas de colocação pública de uma situação social qualquer sob a égide explícita da problemática identitária, em geral com vistas à constituição ou à potenciação de dinâmicas de ação social. Isso pode ser feito quer de maneira ofensiva, isto é, tomando a iniciativa, como no caso do movimento social de Alfama, ou no do projeto da Expo’98, quer de maneira defensiva, respondendo a iniciativas de terceiros, como no caso da população de Barrancos.

Seja como for, num plano analítico de ordem mais geral, as identidades tematizadas implicam quase sempre dois mecanismos sociais, os quais assumem, com freqüência, relações recíprocas de caráter contraditório. Um deles é um mecanismo de *potenciação da ação coletiva*, por meio da



constituição de protagonismos sociais e da mobilização extraordinária desses protagonismos. Esta capacidade de mobilização é, muitas vezes, o único recurso estratégico a que os mais desmunidos conseguem deitar mão – embora nem sempre seja esse o caso. Outro é o que se poderia chamar, apesar da aparente incongruência da expressão, um mecanismo de *reflexividade reificante*. De fato, o que tem acontecido nestes processos de tematização identitária é que os portadores de reflexividade conceitual sofisticada, incluindo alguns provenientes do próprio campo das ciências sociais, mesmo quando contribuem para desconstruir essencialismos prévios, acabam por, não raramente, dar origem a uma legitimação erudita de novas construções identitárias reificantes.

Os casos anteriormente citados ilustram suficientemente esse duplo aspecto que tendem a assumir muitos dos mais relevantes processos atuais de construção de identidades culturais em contexto urbano e época de globalização. Outras análises recentes convergem no destaque de dinâmicas semelhantes de construção identitária e seus protagonismos estratégicos (Agier, 2001).

Aparentemente, pois, pode-se talvez concluir que, em muitos desses processos identitários, a eficácia da ação é conseguida à custa da lucidez de análise. Ser capaz de mobilizar para a ação coletiva parece requerer o estímulo à constituição de identidades culturais redutoras e reificadas. Isso nunca seria satisfatório do ponto de vista cognitivo, da procura exigente de esclarecimento e inteligibilidade. Mas, mesmo do ponto de vista da ação, resta ver se a eficácia é tão grande como isso, ou, a sê-lo eventualmente, se não o será apenas em primeira instância, comprometendo, pelo contrário, desenvolvimentos consistentes e sustentados.

Neste domínio, como é cada vez mais evidente, a responsabilidade das ciências sociais é particularmente grande. A questão é importante, e atual, bem para além dos casos examinados, pois os *efeitos perversos da tematização identitária essencialista* não param de se manifestar por todo o lado.

## BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. (1972), *Dialectic of enlightenment*. Nova York, Herder and Herder (ed. orig. 1947).
- AGIER, Michel. (2001), “Distúrbios identitários em tempos de globalização”. *Mana*, 7 (2).
- APPADURAI, Arjun. (1990), “Disjuncture and difference in the global cultural economy”, in Mike Featherstone (ed.), *Global culture: nationalism, globalization and modernity*, Londres, Sage Publications.
- BECK, Ulrich. (2000), *What is globalization?*. Cambridge, Polity Press (ed. orig. 1997).
- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony & LASH, Scott. (2000), *Modernização reflexiva: política, tradição e estética no mundo moderno*. Oeiras, Celta Editora (ed. orig. 1994).
- BRUBAKER, Rogers. (2001), “Au-delà de l’identité”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 139.
- BURAWOY, Michael *et al.* (2000), *Global ethnography*. Berkeley, University of California Press.
- CALHOUN, Craig (ed.) (1994), *Social theory and the politics of identity*. Cambridge (Mass.), Blackwell Publishers.
- CAPUCHA, Luís. (2001), “A festa”, “Os animais”, “A lei”, “A mistificação”. *Público*, 29, 30 e 31 de agosto e 1 de setembro.
- CASTELLS, Manuel. (1996, 1997, 1998), *The information age: economy, society and culture*. Malden (Mass.), Blackwell Publishers, 3 vols.
- CHANEY, David. (1997), *Lyfestiles*. Londres, Open University.
- CORDEIRO, Graça Índias. (1997), *Um lugar na cidade: cotidiano, memória e representação*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- CORDEIRO, Graça Índias & COSTA, António Firmino da. (1999), “Bairros: contexto e intersecção”, in Gilberto Velho (org.),



- Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- COSTA, António Firmino da. (1986), “A pesquisa de terreno em sociologia”, in Augusto Santos Silva & José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das ciências sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- \_\_\_\_\_. (1999), *Sociedade de bairro: dinâmicas sociais da identidade cultural*. Oeiras, Celta Editora.
- \_\_\_\_\_. (2000), “O ‘caso’ de Barrancos ou o sentido contemporâneo dos direitos culturais”. *Público*, 11 set.
- \_\_\_\_\_. (2001), *Sociologia*. Lisboa, Quimera Editores (ed. orig. 1992).
- COSTA, António Firmino da & GUERREIRO, Maria das Dores. (1984), *O trágico e o contraste: o fado no bairro de Alfama*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- COSTA, António Firmino da; MAURITTI, Rosário; MARTINS, Susana da Cruz; MACHADO, Fernando Luís & ALMEIDA, João Ferreira de. (2000), “Classes sociais na Europa”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34.
- CRANE, Diana. (1992), *The production of culture: media and the urban arts*. Newbury Park (Cal.), Sage Publications.
- CUTILEIRO, José. (1977), *Ricos e pobres no Alentejo*. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora (ed. orig. 1971).
- FEATHERSTONE, Mike. (1992), “Postmodernism and the aestheticization of everyday life”, in Scott Lash & Jonathan Friedman (eds.), *Modernity and Indentity*, Oxford, Blackwell.
- FERREIRA, Vítor Matias. (2000), “Cidade e democracia: ambiente, património e espaço público”. *Cidades – Comunidades e Territórios*, 1.
- FERREIRA, Vítor Matias & INDOVINA, Francesco (orgs.) (1999), *A cidade da Expo’98*. Lisboa, Editorial Bizâncio.
- GALOPIN, Marcel. (1997), *As exposições internacionais do século XX e o BIE*. Lisboa, Parque Expo’98 SA.
- GIDDENS, Anthony. (1997), *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras, Celta Editora (ed. orig. 1991).
- \_\_\_\_\_. (2000), *Consequências da modernidade*. Oeiras, Celta Editora (ed. orig. 1990).
- GIL, Fernando. (1984), *Mimésis e negação*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- GLASER, Barney G. & STRAUSS, Anselm L. (1967), *The discovery of grounded theory*. Nova York, Aldine Publishing Company.
- HARVEY, Penelope. (1996), *Hybrids of modernity: anthropology, the Nation State and the universal exhibition*. Londres, Routledge.
- MAALOUF, Amin. (1999), *As identidades assassinas*. Lisboa, Difel (ed. orig. 1998).
- MACHADO, Fernando Luís & COSTA, António Firmino da. (1998), “Processos de uma modernidade inacabada: mudanças estruturais e mobilidade social”, in José Manuel Leite Viegas & António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- MARCUSE, Herbert. (1964), *One-dimensional man*. Boston, Beacon Press.
- MATTELART, Armand. (1997), *A comunicação-mundo*. Lisboa, Instituto Piaget (ed. orig. 1991).
- MERTON, Robert K. (1970), *Sociologia, teoria e estrutura*. São Paulo, Editora Mestre Jou (ed. orig. 1949, 1968).
- PINTO, José Madureira. (1991), “Considerações sobre a produção social de identidade”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 32.
- POSTER, Mark. (2000), *A segunda era dos média*. Oeiras, Celta Editora (ed. orig. 1995).
- RIBEIRO, Orlando. (1986), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora (ed. orig. 1945).

- RITZER, George. (2000), *The mcdonaldization of society*. Thousand Oaks (Cal.), Pine Forge Press (ed. orig. 1993).
- ROBERTSON, Roland. (1995), "Glocalization: time-space and homogeneity-heterogeneity", in Mike Featherstone; Scott Lash & Roland Robertson (eds.), *Global modernities*. Londres, Sage Publications.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos & COSTA, António Firmino da (orgs.) (1999), *Impactos culturais da Expo'98*. Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- SARTORI, Giovanni. (2000), *Homo videns: televisão e pós-pensamento*. Lisboa, Terramar (ed. orig. 1997).
- SIMMEL, Georg. (1986), *Sociología. estudios sobre las formas de socialización*. Madrid, Alianza Editorial, 2 vols. (ed. orig. 1908).
- \_\_\_\_\_. (1997), "A metrópole e a vida do espírito", in Carlos Fortuna (org.), *Cidade, cultura e globalização*, Oeiras, Celta Editora (ed. orig. 1903).
- SILVA, Augusto Santos. (1996), "Identidades sociais: continuidade e mudança", in *Dinâmicas multiculturais, novas faces, outros olhares*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol. 1.
- STEVENSON, Nick. (1995), *Understanding media cultures*. Londres, Sage Publications.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. (2001), *Da democracia na América*. S. João do Estoril, Princípia (ed. orig. 1835 e 1840).
- TOURAINÉ, Alain. (1998), *Iguais e diferentes: poderemos viver juntos?*. Lisboa, Instituto Piaget (ed. orig. 1997).
- VELHO, Gilberto. (1981), *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- \_\_\_\_\_. (1994), *Projecto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- \_\_\_\_\_. (1999), "Os mundos de Copacabana", in \_\_\_\_\_ (org.), *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- \_\_\_\_\_. (2001), "Biografia, trajetória e mediação", in Gilberto Velho & Karina Kuschnir (orgs.), *Mediação, cultura e política*, Rio de Janeiro, Aeroplano Editora.
- VIEGAS, José Manuel Leite & COSTA, António Firmino da (orgs.) (1998), *Portugal, que modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.

**IDENTIDADES CULTURAIS  
URBANAS EM ÉPOCA DE  
GLOBALIZAÇÃO**

António Firmino da Costa

**Palavras-Chave**

Identidades culturais; Urbano; Globalização; Essencialismo; Política de identidades.

Pretende-se examinar e debater criticamente um paradoxo contemporâneo: à medida que os atuais processos de globalização se intensificam, a manifestação de identidades culturais diferenciadas em vez de se esbater parece tender a multiplicar-se. O tema permanece polémico nas ciências sociais, quanto aos fatos observáveis e quanto à interpretação do seu significado. Procura-se contribuir para esta análise recorrendo a alguns exemplos de investigação sobre processos identitários em meio urbano atual ou com este relacionados. Com apoio nesses casos, apresentam-se algumas propostas de sistematização teórica sobre modalidades de constituição e de enunciação de identidades culturais urbanas em contexto de globalização e, de um modo mais geral, sobre as dinâmicas sociais da identidade cultural.

**URBAN CULTURAL  
IDENTITIES IN TIME OF  
GLOBALIZATION**

António Firmino da Costa

**Keywords:**

Cultural Identities; Urbanity; Globalization; Essentialism; Politics of identities.

The article intends to examine and discuss critically a contemporary paradox: as the current globalization process intensify, the manifestation of cultural identities instead of disappearing tends to be multiplied. The theme is still controversial in the social sciences concerning the facts observed and the interpretation of meanings. The article tries to contribute for the analysis departing from investigations related to identity processes within the current urban environment or related themes. With the support of the discussed cases, the article presents some systematic theoretical proposals concerning different modalities of constitution and enunciation of urban cultural identities in the globalization context and, more generally, concerning the social dynamics of cultural identity.

**IDENTITÉS CULTURELLES  
URBAINES À UNE ÉPOQUE  
DE GLOBALISATION**

António Firmino da Costa

**Mots-clés**

Identités culturelles; Urbain; Globalisation; Essentialisme; Politique d'identités.

Cet article propose un examen et un débat critique à propos d'un paradoxe contemporain : dans la mesure où les procès actuels de globalisation s'intensifient, la manifestation d'identités culturelles différenciées semble se multiplier au lieu de s'atténuer. Le sujet demeure polémique au sein des sciences sociales, par rapport aux faits qui peuvent être observés ainsi que par rapport à l'interprétation de leur signification. Cette analyse a bénéficié du recours à certains exemples d'investigation sur les processus d'identité en milieu urbain actuel ou liés à ces processus. En nous appuyant sur ces cas, nous présentons quelques propositions de systématisation théorique des modalités de constitution et d'énonciation d'identités culturelles urbaines dans un contexte de globalisation et, de façon plus générale, sur les dynamiques sociales de l'identité culturelle.